



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ELIANE AZEVEDO DE SOUZA**

**A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O  
DESENVOLVIMENTO INFANTIL POR MEIO DO LÚDICO**

**BELÉM – PA**

**2019**

**ELIANE AZEVEDO DE SOUZA**

**A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O  
DESENVOLVIMENTO INFANTIL POR MEIO DO LÚDICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório a obtenção de graduação no Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará- UFPA, orientado pela Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos.

**BELÉM**

**2019**

**ELIANE AZEVEDO DE SOUZA**  
**A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito obrigatório a obtenção de  
graduação no Curso de Pedagogia, da  
Universidade Federal do Pará- UFPA

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos Universidade Federal do Pará  
Instituto de Ciências da Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
ORIENTADORA

---

Jamille Gabriela Cunha da Silva  
Licenciada em Pedagogia – UFPA  
Mestranda em Educação – PPGED/UFPA

---

Erika Cristina de Carvalho Silva Pereira  
Licenciada em Educação Física - UFMA  
Especialista em Pedagogia da Cultura Corporal – UEPA  
Mestranda em Educação - PPGED/ UFPA

---

Enizete Ferreira  
Mestre em Educação - - PPGED

*Ser sábio é melhor do que ser forte, o conhecimento é mais importante do que a força. Afinal, antes de entrar numa batalha, é preciso planejar bem, e, quando há muitos conselheiros, é mais fácil vencer.*

*(Provérbios 24:5-6)*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta etapa está terminando, foi uma caminhada repleta de desafios e superação, com dias difíceis, mas de muito aprendizado também. E, claro, não passei por esses momentos sozinha, Deus esteve presente em todos os dias da minha vida e durante essa trajetória não me deixou nem por um segundo, a Ele minha eterna gratidão. Agradeço também aos meus pais e irmãos, meu pai infelizmente não poderá me prestigiar nesse momento, mas me incentivou durante todos os dias da vida dele para que hoje eu estivesse aqui. Agradeço aos meus amigos, em especial a Michelle Ferreira e Magda TÁCILA pelo incentivo e companheirismo. Agradeço também a minha orientadora, Maély Ramos, pela paciência e por dedicar seus dias me orientando na elaboração deste trabalho e agradeço ainda a todo corpo docente desta estimada Universidade ( Universidade Federal do Pará- UFPA).

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 08 |
| 1.1 Breve panorama histórico da Educação Infantil.....  | 08 |
| 1.2 O papel do Lúdico no Desenvolvimento Infantil .....   | 14 |
| 2 METODOLOGIA .....   | 16 |
| 2.1 Natureza da pesquisa .....  | 16 |
| 2.2 Lócus e participantes .....   | 16 |
| 2.3 Coleta de dados .....   | 17 |
| 2.4 Análise de Dados .....  | 17 |
| 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....   | 17 |
| 3.1 Como você avalia o papel do Lúdico no<br>processo de ensino-aprendizagem das crianças? .....  | 18 |
| 3.2 Você costuma utilizar ferramentas<br>lúdicas em sala de aula? Quais? .....  | 18 |
| 3.3 Nos momentos de brincadeira dos alunos, você os permite<br>brincar livremente ou buscar direcioná-los nesse “brincar”<br>para trabalhar conteúdos? Explique. ....           | 19 |
| 3.4 Nos momentos de <i>contação de história</i> , você usa<br>instrumentos lúdicos? Quais / como? .....   | 20 |
| 3.5 Como estão dispostos os brinquedos, jogos,<br>livros e demais ferramentas em sala de aula? .....  | 20 |
| 3.6 A escola oferece as condições necessárias<br>para se trabalhar com ludicidade em sala de aula?<br>Destaque os pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados ..... | 21 |
| 3.7 Quais as maiores dificuldades encontradas para<br>se trabalhar por meio do lúdico com os alunos? .....  | 22 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 22 |
| 5 REFERENCIAL .....   | 23 |

# **A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DESENVOLVIMENTO INFANTIL POR MEIO DO LÚDICO**

## **RESUMO**

O presente artigo aborda a temática da ludicidade no desenvolvimento infantil, pois esta desponta como ferramenta facilitadora da aprendizagem, tendo como objetivo discutir de que forma as ferramentas lúdicas contribuem no processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula da Educação Infantil. A metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza empírica de abordagem qualitativa, sendo exploratória e descritiva. Analisando o resultado das entrevistas percebe-se que as participantes compreendem a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil, mas ainda encontram dificuldade na utilização dessas ferramentas, principalmente pela pouca disponibilidade de materiais lúdicos. Pode-se concluir que a criança se desenvolve integralmente por meio da ludicidade, pois a mesma possibilita o desenvolvimento social, cognitivo, motor e emocional.

**Palavras-chaves:** Ludicidade, Educação Infantil, Ensino-aprendizagem, Desenvolvimento Infantil.

## **ABSTRACT**

This article approaches the theme of playfulness in children's development, since it emerges as a facilitating tool for learning, aiming to understand how these tools contribute to the teaching-learning process in Early Childhood Education, since the child has undergone several situations of violence and aggression until it is seen as a being of rights. The methodology used was the empirical research of qualitative approach, being exploratory and descriptive. Analyzing the interview results, we can see that the participants understand the importance of playfulness in the teaching-learning process in Early Childhood Education, but still find difficulty in using these tools, mainly due to the low availability of play materials. It can be concluded that the child develops integrally through playfulness, since it enables social, cognitive, motor and emotional development.

**Keywords:** Ludicidade, Early Childhood Education, Teaching-learning, Child Development.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Breve panorama histórico da Educação Infantil

Ao longo dos anos a história da criança no Brasil passou por muitas mudanças que envolveram distintas concepções de infância e influenciaram a educação e o ensino. Como em todo o nosso processo de civilização e crescimento, a história da infância e a ideia que se tem sobre a criança foi se transformando e ganhando cada vez mais atenção.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, acompanhados pela Companhia de Jesus, em 1549, instaurou-se mudanças no cenário em torno da infância, as crianças indígenas começam então a serem recolhidas pelos padres jesuítas com o intuito de civilizá-las e catequizá-las, pois para eles as crianças indígenas eram mais fáceis de moldar, uma vez que os índios adultos relutavam contra os preceitos dos “novos ocupantes” de sua terra. No âmbito educacional, os jesuítas viam a educação como um instrumento de domínio religioso para a propagação da cultura oriunda da Europa. Ao chegarem no Brasil, dividem a infância em três tipos: a “infância dourada” (crianças ricas, príncipes), a “infância de prata” (crianças brancas, nascidas em famílias mais abastadas) e por último a “infância Ferro e Barro” (composta por crianças indígenas, negras e pobres). (SOARES, 2007)

Na época dos jesuítas, a infância era vista como algo singelo e puro, as crianças eram consideradas “anjinhos”, embora seu tratamento não se diferenciasse dos adultos, pois estes eram vistos como adultos em miniatura, trabalhando, se vestindo, se posicionando como tais, quando atingiam seus 7 anos de idade. A exemplo dos grumetes, meninos que viajavam e trabalhavam como adultos nas embarcações portuguesas, expostos ao sol quente, essas crianças executavam as tarefas mais pesadas, recebiam uma alimentação precária, dormiam largados no frio da noite, sofriam os mais diversos tipos de abusos (abuso físico e psicológico) por parte dos adultos e poucos desses meninos resistiam a essas longas e turbulentas viagens (SANTIAGO e SOUZA. 2012).

Como mencionado, era comum a exploração da mão-de-obra infantil durante o período de colonização do Brasil (1500-1822). Ainda no período colonial, devido ao alto índice de abandono de recém-nascidos e crianças, surge em 1726 a Roda dos expostos na Santa Casa de Misericórdia em Salvador, que era uma espécie de dispositivo de forma cilíndrica dividida ao meio implantada em muros ou janelas, uma das partes possuía uma abertura externa onde se colocava a criança abandonada, ao lado existia uma corda com um pequeno sino que era puxado para sinalizar o abandono. Após críticas as Rodas dos Expostos começaram a serem fechadas, sendo a última a ser fechada a da São Paulo que teve suas atividades encerradas em 1950. (FARIA; HENICK, 2015)



Em 1750, quando se tornou primeiro ministro de Portugal, o Marquês de Pombal começou a questionar a educação oferecida pela Companhia de Jesus, pois esta era voltada aos interesses religiosos e não aos interesses da Coroa Portuguesa, o que culminou com a expulsão dos padres jesuítas em 1759 e assim a educação passa a ser ministrada pelo Estado que elabora leis sobre o ensino, cobra impostos e encaminha a educação à interesses econômicos. Dessa forma os padres são substituídos por militares para ministrar a educação no país. Embora os professores buscassem tornar a educação mais rígida, as crianças, sobretudo indígenas e negras, continuavam a fazer peripécias, mesmo recebendo castigos viam nestes um meio para brincar. Esta indisciplina pode ser vista como reflexo pelo pouco tempo livre que a criança possuía para desfrutar de sua “infância” que até esse período não era vista como prioridade (BORGES et al, 2010).

Segundo Santana (2011) no período do Brasil colônia-império (séc. XVI-XIX) ainda não haviam políticas educacionais direcionadas a Educação Infantil, restando as crianças pobres menores de sete anos um tratamento meramente caridoso e assistencialista

Para Paganini (2010) em 1822, início do século XIX, há um marco significativo na divisão de classes no Brasil, onde surge o conceito de infância para a elite, já as crianças dos demais seguimentos da sociedade continuavam esquecidos, sem que para eles a infância fosse reconhecida, sendo explorados e sua mão de obra contribua para que a riqueza do império fosse mantida. Ainda nesse período a infância passa a englobar o indivíduo desde o seu nascimento até a idade de 14 anos (RAMOS, 2000).

As crianças da época viviam em diferentes contextos, eram muitos os tipos de “infâncias” que variavam desde a sua condição financeira até a cor de sua pele. Os filhos de escravos, por exemplo, eram separados de sua mãe ao nascer, e com a idade de 4 anos passavam por um processo de treinamento por meio de castigos e força, para que realizassem os trabalhos domésticos mais leves. Por volta dos 12 anos de idade essas crianças passavam a exercer um ofício que era ensinado não mais a base da violência, mas por meio de humilhação, esse ofício lhe denominaria também (RAMOS, 2000).

Entre as famílias mais ricas e abastadas, era comum um reduzido número de herdeiros, as crianças tinham tudo o que precisavam, o que incluía uma “mãe negra” ou ama de leite que agiam como mães amamentando (a criança poderia ser amamentada até a base de seus 5 anos de idade), educando, brincando, embalando o sono, cuidando da higiene, da alimentação, entre outros atributos, porém cabia aos pais da criança ensinar as tradições familiares e a mimá-los vez ou outra. É importante dizer que nem todas as famílias tinham recursos

suficientes para obter uma ama de leite fixa, desse modo algumas famílias as alugavam por um determinado período (RAMOS, 2011).

As crianças livres eram disciplinadas de forma religiosa com orações diárias e obrigatórias, ensinadas a serem tementes a Deus e a igreja, que nesse período já havia recuperado sua influência. Elas passaram a ser batizadas de forma obrigatória para que, caso a criança morresse, garantisse a sua salvação e, caso ficassem órfãs, tivessem seus padrinhos como seus novos tutores legais. Essas crianças tinham, ainda, liberdade para brincar, ir a escola, ir aos festejos religiosos, viajar para a casa dos avós e parentes nas férias escolares.

Eis que surgem os conceitos de Infância e de criança mais atuais como: conforme o dicionário Aurélio da língua portuguesa a infância é conceituada como o período estabelecido entre o nascimento e início da puberdade de um indivíduo, por volta dos 12 anos de idade. Já a Convenção sobre os Direitos da Criança (aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1989) afirma que “Criança” são os indivíduos menores de 18 anos de idade. Enquanto que para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é considerada criança a pessoa de até doze anos incompletos.

Surge então no Brasil moderno a palavra “menor”, utilizado pelo Código de Menores de 1927, para designar as crianças pobres que viviam a ermo. Posteriormente, passa a designar todas as crianças e adolescentes pobres marginalizadas pela sociedade. Mais tarde essas crianças foram entregues a responsabilidade do Estado, submetidas a modos rígidos de “ressocialização” que acabavam tendo um resultado negativo, transformando os menores em seres mais revoltados, perdendo seu aspecto infantil, tornando-os uma ameaça para a sociedade (NUNES, 2005) Em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o termo “menor” foi eliminado, as crianças passaram a ser vistas como sujeitos de direitos, direitos esses defendidos por lei.

As leis instituídas no Brasil, no decorrer de sua história, beneficiavam prioritariamente a elite dominante, como a exemplo da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), lei 4.024/61, pois apesar de em seu Artigo 24 “reconhecer a obrigatoriedade do ensino público para crianças a partir dos sete anos” deixou aberto os investimentos no ensino privado ao estimular a oferta de bolsas para alunos carentes, bem como incentivar empresas privadas a disponibilizarem um local para acolher os filhos de mulheres que ali trabalhavam, retirando do Estado sua responsabilidade e conferindo a Educação um caráter puramente assistencialista. O cenário educacional brasileiro a partir da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1971), 5.692/71, aparece voltado ao tecnicismo ou seja, a formação de mão de obra capacitada para suprir as necessidade do mercado.

Para Nunes (2005), ao longo da história da Educação Infantil foi notória a negligência do Estado na criação de políticas públicas que a beneficiassem, pois não havia instituições educacionais que abrangessem esse público, destinando a estes apenas caridade e assistencialismo com o intuito de “salvar” crianças pobres e rejeitadas pelas famílias e pela sociedade afim de que estas não se tornassem uma ameaça. Só na década de 70 começaram a surgir programas compensatórios para o atendimento de crianças de quatro a seis anos, que pretendiam minimizar carências nas áreas econômicas, afetivas e culturais que de algum modo dificultavam a aprendizagem infantil. Segundo Kramer (2006), essas ações foram influenciadas principalmente por organismos internacionais e programas desenvolvidos nos Estados Unidos e em países da Europa que enxergavam a pré-escola como tábua de salvação do ensino público brasileiro.

Mas, somente depois de inúmeras transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, motivadas por movimentos sociais, crianças de zero a seis anos passaram a ser vistas como cidadãs de direitos adquiridos no final do século XX, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, pois tinha como ideal a política de bem-estar social e democracia, que em seu artigo 208, inciso IV, define a educação infantil como direito da criança e dever não apenas da família, mas também do Estado, porém esse direito só foi efetivado quando a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 que integrou a Educação Infantil ao Educação Básica entra em vigor e destaca em seu Artigo 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

No entanto, o Estado continuou omissa com a Educação Infantil, negando a obrigatoriedade desta etapa da Educação Básica como acontece no Ensino Fundamental, que conforme o artigo 32 da LDB declara: “O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública [...]”. Deixando a Educação Infantil mais uma vez a margem das demais, e retirando a importância do desenvolvimento desta fase. Já no que diz respeito a formação dos professores da Educação Básica, e pensando em sua melhoria, surge o Decreto nº 3.554 de 2000 que alterou o Artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma que esta formação: “[...] faz-se-á em nível superior, [...] como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros

anos do ensino fundamental [...]” (BRASIL, 2017). Além dessa formação mínima, a LDB garante a formação continuada dos profissionais e dá início a uma série de mudanças e conquistas na história da Educação Infantil, tais como inserção de planos, referenciais, diretrizes curriculares, e demais documentos formulados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Ao que diz respeito ao RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), este foi criado afim de reafirmar o que foi estabelecido pela LDB (9.394/96), e a partir de um debate nacional com profissionais da área da educação e que estavam diretamente ligados às crianças, buscando soluções educativas que atendessem a nova visão a respeito da Educação Infantil, deixando de lado o assistencialismo. Este Referencial foi elaborado ainda para servir como guia para esses profissionais com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no Brasil.

Com o objetivo de tornar visível uma possível forma de articulação, a estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil relaciona objetivos gerais e específicos, conteúdos e orientações didáticas numa perspectiva de operacionalização do processo educativo (RCNEI, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) adota a mesma divisão de faixas etárias dispostas na LDB de dezembro de 1996, que está em consonância com a Constituição de 88 que define o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches e crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas. Este documento aborda ainda a definição de criança como ser histórico e social, que precisa ser desenvolvida em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais, levando em consideração o educar, o cuidar e o brincar neste processo. Apesar do RCNEI de 1998 representar um avanço significativo para a história da Educação Infantil, não tinha a criança como figura principal, por ser um documento mais orientador de conteúdos e objetivos de aprendizagem dava mais ênfase à estes.

Em 2001 com a Lei 10.172/2001 é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como metas elevar a escolaridade da população, melhorar a qualidade em todos os níveis de ensino, reduzir desigualdades sociais e regionais que afetam o acesso e a permanência dos estudantes e democratizar a gestão do ensino público, com a participação dos profissionais na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e o envolvimento da comunidade escolar e local nos conselhos escolares. O PNE estabeleceu a ampliação da escolaridade obrigatória de crianças de 6 anos, seja na Educação Infantil ou no Ensino

Fundamental. No que tange a Educação Infantil, a Lei 10.172/2001 reforça o direito da criança ao cuidado e a educação definidos na Constituição de 88, e a importância do acesso à escolarização em estabelecimentos adequados e com profissionais capazes de mediar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, pois segundo o texto dessa lei, a maioria das creches, que atendiam crianças de 0 a 3 anos, prestava um papel mais assistencialista, tendo como prioridade o cuidado. Já o atendimento das crianças de 4 a 6 anos, possuía um ar mais formal, sendo adotado além dos cuidados, um caráter educacional.

Em conformidade com o Plano Nacional de Educação (2001), em 6 de fevereiro de 2006, é aprovada a Lei 11.274/2006 que institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração com a inclusão de crianças de 6 anos de idade, atendendo assim um número maior destas no sistema educacional brasileiro. Outro fator relevante para a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos foram estudos, como o do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que verificou que crianças que possuem um histórico de escolarização na pré-escola obtêm melhores médias de proficiência na Leitura, apesar disso, o documento ressalta que a Educação Infantil não tem como propósito preparar crianças para o Ensino Fundamental.

Em 11 de novembro de 2009, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº59, que altera alguns artigos da Constituição Federal (1988). Entre eles, modifica os incisos I e IV do artigo 208 e estabelece que a Educação Básica passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos e o atendimento do estudante da Educação Básica por meio de programas suplementares, tais como: transporte escolar, alimentação, material didático e assistência à saúde. Já no artigo 214, há o acréscimo do inciso VI, que determina uma meta de aplicação de recursos públicos em educação proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB).

Neste mesmo ano, em 17 de dezembro, é estabelecida a resolução nº 5 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diferente do RCNEI (2009) as Diretrizes Curriculares ampliam o olhar sobre a criança, deixando esta no centro do processo de aprendizagem, como sujeito atuante nas diferentes práticas cotidianas e passa a considerar suas interações sociais como condições essenciais para aprendizagem. Para tanto a DCNEI traz subsídios sobre como a criança aprende, para que os profissionais de Educação Infantil possam pensar em maneiras de garantir o que a criança tem direito de aprender em determinada fase. Para melhor orientar, as Diretrizes Curriculares estão organizadas em eixos estruturantes capazes de articular as diferentes linguagens, tendo como prioridade a interação e o brincar na estrutura curricular e didática, assegurando assim práticas que indiquem formas

de afirmar a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipar conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Na evolução dos eventos históricos tem-se a Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que propõe 20 metas para serem cumpridas até o fim da vigência deste plano, entre as metas, pode-se citar a universalização da Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, que estabelece o acesso de todas as crianças nessa faixa etária e a ampliação da oferta em creches, afim de atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos; Um dos documentos mais recentes voltados à Educação é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que institui e orienta a implantação de um planejamento curricular ao longo de todas as etapas da Educação Básica. Na Educação Infantil, ela dialoga com a DCNEI, mas traz um detalhamento maior ao listar os objetivos de aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular reforça a visão da criança como protagonista no processo de aprendizagem, interagindo, criando e modificando a cultura. A BNCC tem por objetivo oferecer referências para a construção de um currículo que garantam os direitos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, para tanto distribui as diversas áreas de conhecimento e as diferentes linguagens em Campos de Experiências, pois entendeu que a criança aprende por meio de experiências vividas dentro e fora do ambiente escolar.

## **1.2 O papel do Lúdico no Desenvolvimento Infantil**

Desde seu nascimento a criança está inserida num mundo letrado, cheio de significados que são apresentados a ela pela interação com o meio social em que vive, principalmente por meio do brincar, tornando este um facilitador da aprendizagem significativa, além de ser um instrumento de construção do conhecimento infantil. Para Vygotsky (1987) a aprendizagem e o desenvolvimento estão relacionados, sendo que a criança interage com o meio, internalizando diversos processos de construção de conhecimento. É no brincar que a criança aprende a lidar com as emoções, construindo sua individualidade e sua personalidade. Para Piaget (1978), o brincar nos permite verificar uma dimensão evolutiva das crianças de diferentes idades, apresentando características e maneiras diferentes sobre este. Para Brougère (2003), a ludicidade possui diversos significados, relacionados ao jogo, exercício ou imitação.

Para Luckesi (2005) “ Brincadeiras lúdicas são aquelas atividades que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvemos por inteiro”. Isto significa que as brincadeiras lúdicas são indispensáveis à saúde física, emocional e intelectual, além disso, o jogo e o brincar sempre estiveram presentes em todas as civilizações desde os mais remotos

tempos. É por meio do brincar que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa, a criatividade e a auto estima, preparando-se para se tornar um cidadão. Os jogos e as brincadeiras promovem por si só diversas situações de aprendizagem e de interpretação da realidade ao reproduzir situações vividas no cotidiano, como por exemplo, brincar de casinha, de supermercado, médico, entre outras.

Destaca-se ainda, que os mecanismos e instrumentos lúdicos são peças importantes na infância também como forma de estimular a autonomia, a interação e a socialização entre as crianças. Através das brincadeiras elas passam a estabelecer, aprimorar e desenvolver suas estruturas cognitivas, ou seja, as atividades lúdicas, auxiliam no desenvolvimento social e pessoal da criança. A criança se descobre por meio do brincar, onde ela começa a se expressar, se comunicar e se reconhecer como sujeito no mundo em que vive.

Para Lopes (2005), é através das atividades lúdicas que se aprimoram as habilidades motoras, a concentração, o controle, o raciocínio lógico, a criatividade e a percepção da criança. Afirma ainda que é preciso perceber as três dimensões significativas de parâmetro educativo da criança: a corporal, a afetiva e a cognitiva, que devem ser desenvolvidas ao mesmo tempo. As atividades lúdicas se manifestam por meio: da brincadeira, que é o ato de brincar e não possui regras impostas; do jogo, que também pode ser considerado uma brincadeira dependendo do contexto em que se é utilizado e possui regras; e do brinquedo, que é o objeto utilizado ou não no brincar.

As atividades desenvolvidas de forma lúdica despertam o prazer em executá-las, sendo assim mais significativas no desenvolvimento da criança. Kishimoto (2011), aponta que por meio da ludicidade a criança adquire novos conhecimentos e desenvolve suas habilidades de maneira agradável e natural com interesse e prazer, além de sentir, agir, pensar, aprender, brincar e se divertir.

Faz-se necessário o olhar dos educadores da Educação Infantil sobre essa perspectiva, para que compreendam a importância da ludicidade na aprendizagem das crianças, entendam o valor do brincar, e ofereçam um ambiente favorável para que se coloque em prática o lúdico em sala de aula. Kishimoto (2010) alega que o brinquedo é um pedaço da cultura colocado ao alcance das crianças, a manipulação do brinquedo estimula a imaginação das mesmas.

O lúdico também facilita o trabalho de aproximação entre educador e os educandos da Educação Infantil, e permite que ambos compartilhem experiências e experimentem situações novas. Através das brincadeiras e jogos as crianças começam aprender sobre regras e a perceber que os outros sujeitos ao seu redor também precisam ser ouvidos e respeitados, se apropriando da cultura que a cerca e se desenvolvendo socialmente. Cada criança é um ser

único, desse modo, cada criança tem seu tempo para aprender e se desenvolver e esse tempo deve ser respeitado.

A criança não nasce sabendo brincar, ela aprende a brincar através da interação com os adultos e/ou com outras crianças. Ela passa a explorar os objetos à ela oferecidos, conhecendo objetos novos, novas formas e texturas e é brincando também que ela desenvolve a imaginação, seus sentimentos e emoções. A criança aprende mais brincando e o educador, que enxerga o lúdico como ferramenta facilitadora de aprendizagem, também é privilegiada com essa forma prazerosa de ensinar. O jogo para Gloos (2003) “é uma necessidade biológica, um instinto e psicologicamente um ato voluntário”, já o brinquedo “seria um mundo ilusório, em que o desejo pode ser realizado” e a interação existente entre a criança e o brinquedo se configura no brincar. Diante do exposto tem-se como objetivo deste artigo discutir de que forma as ferramentas lúdicas contribuem no processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula da Educação Infantil.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 Natureza da pesquisa**

Tendo em vista o objetivo de compreender de que maneira a ludicidade facilita a aprendizagem na Educação Infantil, escolheu-se como metodologia a pesquisa de natureza empírica de abordagem qualitativa, sendo exploratória e descritiva. A pesquisa de natureza empírica é, segundo Demo (2000), dedicada ao tratamento de informações que a pessoa adquire durante a vida e a fatos da realidade, produzindo e analisando dados. A abordagem qualitativa de pesquisa segundo Moreira (2002) é uma interpretação das experiências vividas pelo sujeito observado, tentando entender seu comportamento e as situações que constroem a realidade destes,

### **2.2 Lócus e participantes**

O local escolhido para a pesquisa foi um centro municipal de Educação Infantil (CMEI), situado em Benevides, que atende crianças de 6 meses a 5 anos, distribuídas em turmas de berçário a Pré II. Cada turma possui um professor regente e um ou mais professores auxiliares, dependendo da quantidade de alunos e/ou se houverem alunos com especificidades.

O Centro Municipal conta com sala de amamentação, lavanderia, cozinha, refeitório, brinquedoteca, sala de recursos, 5 salas de aula, secretária, sala de convivência, área externa com parquinho.



Foram selecionadas por conveniência quatro professoras de turmas de faixas etárias distintas, para que se pudesse ter um material mais rico para análise dos dados.

### **2.3 Coleta de dados**

A entrevista foi realizada com a autorização da gestão escolar, que permitiu o acesso a escola e as professoras que estavam em atividades de ensaio com as crianças e preparativos para a festa junina da CMEI em questão.

As docentes selecionadas são titulares de sala de aula e trabalham no período da tarde, com turmas de maternal a Pré II, as mesmas foram orientadas individualmente quanto as questões éticas e assinaram o Termo de Livre Consentimento (TLC).

O instrumento utilizado na pesquisa foi a entrevista, aplicada individualmente, ao qual a cada uma das professoras foram feitas sete perguntas sobre a importância e utilização da ludicidade em sala de aula.

### **2.4 Análise de Dados**

Para esta pesquisa foi utilizada a categorização de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que é a metodologia usada ao descrever e interpretar diversos tipos de conteúdos, no caso deste, foram descritos e interpretados os áudios das entrevistas aplicadas a quatro professoras de Educação Infantil.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta sessão foram discutidas as informações e resultados obtidos na pesquisa, por meio da análise da interpretação de dados da entrevista, tendo como referência os temas abordados nas perguntas utilizadas, que são: Como você avalia o papel do Lúdico no processo de ensino-aprendizagem das crianças? Você costuma utilizar ferramentas lúdicas em sala de aula? Quais? Nos momentos de brincadeira dos alunos, você os permite brincar livremente ou busca direcioná-los nesse “brincar” para trabalhar conteúdos? Explique. Nos momentos de *contação de história*, você usa instrumentos lúdicos? Quais / como? Como estão dispostos os brinquedos, jogos, livros e demais ferramentas em sala de aula? A escola oferece as condições necessárias para se trabalhar com ludicidade em sala de aula? Destaque os pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados. Quais as maiores dificuldades encontradas para se trabalhar por meio do lúdico com os alunos?

Por meio da análise das temáticas das perguntas acima descritas estão apoiados os subtópicos a seguir, que buscam compreender a importância do lúdico no desenvolvimento cognitivo infantil e de que maneira a ludicidade está sendo utilizada no ambiente escolar. Para obedecer a critérios éticos, as professoras serão identificadas pelas letras A, B, C e D

### **3.1 Como você avalia o papel do Lúdico no processo ensino-aprendizagem das crianças?**

Com esta pergunta buscou-se compreender que importância os profissionais de educação dão ao lúdico no processo de ensino-aprendizagem e como esta auxilia neste processo.

A professora A (2019) acredita que:

a brincadeira é a característica marcante na vida de toda criança, portanto, a aprendizagem se torna mais prazerosa e significativa quando a criança se envolve ativamente no ensino-aprendizagem, oportunizando-as ter conhecimentos através de um instrumento apropriado para as mesmas.

A professora B (2019) destaca que “o lúdico tem papel muito importante e significativo no processo de ensino-aprendizagem, pois é uma forma de desenvolver a criatividade e os conhecimentos de maneira prazerosa, dentro do contexto infantil: o brincar. É por meio das brincadeiras que as crianças desenvolvem coordenação, atenção, imitação, além de introduzir – se as regras, imaginação e memória”. A professora C (2019), afirma que o lúdico “tem grande importância, visto que o mundo e a visão delas gira em torno do brincar.” Já a Professora D (2019) destaca ainda que “o lúdico no processo de ensino-aprendizagem contribui para o desenvolvimento sócio afetivo, físico e Intelectual por meio da relação lógica, do imaginário, da subjetividade, imitando cenários do cotidiano, oportunizando alfabetização e letramento”.

Percebe-se com essas falas que a ludicidade tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo da criança, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, para Kishimoto (1994) a presença do lúdico nas práticas pedagógicas possibilita às crianças, principalmente das turmas de Educação Infantil, uma aprendizagem mais significativa, pois permite que tal aprendizagem seja construída a partir do mundo simbólico das crianças.

### **3.2 Você costuma utilizar ferramentas lúdicas em sala de aula? Quais?**

Nesta pergunta procurou-se observar se as professoras utilizavam ferramentas lúdicas no cotidiano da sala de aula e quais ferramentas costumam utilizar para proporcionar uma aprendizagem significativa para seus alunos.

A professora A (2019) afirmou que “as aulas tem caráter lúdico através dos jogos, brincadeiras e elementos, todo conhecimento passado às crianças passam pelo processo do “viver”, ou seja, brincar e experimentar e logo após atividades de fixação em ficha”. A professora B (2019) respondeu que:

[... ] todos os dias procuro desenvolver e revisar conteúdos trabalhados utilizando contação de histórias com fantoches, palitoches, dedoches, boliche dos numerais e alfabeto, tapete e dado das formas geométricas, peças de encaixes, jogo das argolas (vogais), entre outras atividades de circuitos livres.

A professora C (2019) também respondeu que sim e citou os mesmos recursos da professora B. A professora D (2019) afirmou que em suas aulas faz uso de “brincadeiras de movimentos: trilhas, amarelinha, pega-pega; contação de histórias; relíquias teatrais de contos; cantigas de roda; faz de conta; escultura em massa de modelar; pintura”.

A ludicidade como facilitadora da aprendizagem é defendida por Vygotsky (1994) ao afirmar que “o melhor método é aquele em que as crianças não aprendem a ler e a escrever, mas, sim, descobrem essas habilidades durante as situações do brinquedo”, pois é nessa interação do brincar que as crianças desenvolvem diversas habilidades cognitivas e assimilam de maneira mais significativa os conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

### ***3.3 Nos momentos de brincadeira dos alunos, você os permite brincar livremente ou buscar direcioná-los nesse “brincar” para trabalhar conteúdos? Explique.***

Nesta pergunta, buscou-se verificar se as brincadeiras eram livres sem direcionamentos ou orientadas, com objetivos específicos de aprendizagem.

A professora A (2019) afirmou que suas “atividades são distribuídas em dois momentos: primeiro atividade dirigida, segundo momento livre. Em ambos estão sendo avaliados o processo de interação e socialização dos conteúdos abordados”. A professora B (2019) declarou em sua entrevista que “nos momentos de brincadeira livres, procuro deixá-los a vontade, mas sempre acompanhando a interação e o respeito com os colegas. Já nos momentos de brincadeiras direcionadas, aplico ou reviso o conteúdo oposto fazendo com que assimilem o assunto de maneira prazerosa e questionadora”. A professora C (2019) disse que

“dependendo do objetivo trabalho com as brincadeiras direcionadas ou deixo livre para que eles conduzam a brincadeira”. Já a Professora D (2019), afirmou que:

[...]o brincar é livre, mas com o que eles brincam é direcionado e com uma intencionalidade, seja linguística, musical, lógico matemática, espacial, pictórica, corporal-sinestésica, naturalista, interpessoal e intrapessoal, tudo isso relacionado nas suas brincadeiras.

Para Kishimoto (2010) a função lúdica do jogo e do brinquedo é propiciar diversão, prazer, quando escolhido voluntariamente e até mesmo desprazer, e que a função educativa do jogo e do brinquedo é ensinar qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber e sua compreensão de saberes diversos, bem como a sua apreensão do mundo.

### ***3.4 Nos momentos de contação de história, você usa instrumentos lúdicos? Quais / como?***

Nesta pergunta observou-se como se dá a rotina de contação de histórias e que instrumentos lúdicos são utilizados.

A professora A (2019) disse que “procuramos utilizar elementos concretos, tais como: objetos, fantoches, imagens, dedoches, palitoches, vídeos, jogos”. A professora B (2019) afirmou que além dos objetos citados pela professora A utiliza-se “da caracterização de personagens para dramatizações nas acolhidas na escola. Ênfase o tema proposto, seguido da hora da história, reflexão da história e manuseio do livro com a história contada para trabalhar a percepção visual e o imaginário da criança”. A professora C (2019) declarou que faz uso de “fantoches para interagirem com eles ou uso os bonecos para serem os personagens”. Já a Professora D (2019) afirmou que “os instrumentos lúdicos são livres, fantoches, imagens, fantasias e são utilizados em apresentações, roda de conversa, releitura teatral de contos realizado para a turma.

Para Rodrigues (2005) a contação de histórias utilizando-se de ferramentas lúdicas propicia uma percepção mais apurada da realidade, pois a criança estabelece relação entre as emoções vividas pelos personagens com situações do seu cotidiano.

### ***3.5 Como estão dispostos os brinquedos, jogos, livros e demais ferramentas em sala de aula?***

Nesta pergunta se procurou entender de que maneira as ferramentas lúdicas estão dispostas na sala de aula e como é o acesso das crianças a estas.

A professora A (2019) disse que em sua sala “são organizados os jogos e brinquedos no armário, de altura que possibilite os alunos terem acesso (existe hora dos jogos e brinquedos), livros no espaço da leitura”. A professora B (2019) afirmou que em “sala de aula todos tem seu cantinho específico (cantinho da leitura, matemática...), sendo utilizado no momento das atividades propostas pelo planejamento, mas todos a altura para que possam manusear e brincar nas horas livres, construindo e desenvolvendo seus próprios conceitos”. A professora C (2019) disse que suas ferramentas lúdicas ficam dispostas “em uma sala ao lado para que eles tenham acesso no momento propício de acordo com o planejamento”. Já a Professora D (2019) afirmou que em sua sala esses objetos “ficam distribuídos em cantos: o cantinho da leitura, do faz de conta. Os brinquedos de atividades ao ar livre ficam em uma caixa organizadora”.

### ***3.6 A escola oferece as condições necessárias para se trabalhar com ludicidade em sala de aula? Destaque os pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados.***

Nesta pergunta buscou-se identificar a estrutura escolar e se o ambiente oferece condições de facilitar o desenvolvimento de atividades lúdicas variadas.

Para a professora A (2019) a escola “disponibiliza apenas o espaço físico e formação para os professores, atividade que envolva o lúdico requer olhar pedagógico da professora. O suporte de materiais ainda não são disponibilizados com frequência, são disponibilizados jogos educativos”. A professora B (2019) disse que “a escola procura ajudar da melhor maneira possível com ajuda de materiais necessários para confecções de jogos e brinquedos pedagógicos, enquanto aguarda a liberação do recurso do PDDE, que está em andamento dos trâmites legais”. A professora C (2019) afirma que a escola oferece condições e até estimula quando “disponibiliza alguns materiais, só necessita ter mais livros infantis e jogos pedagógicos que acredito serão adquiridos ao longo do ano”. A professora D (2019) elogiou muito a estrutura escolar e declarou que esta “é excelente, a área externa possui espaços que oferecem contato com a natureza, brinquedos como: escorrega, gira-gira, trezinho, casinha, banho de chuveiro. A sala de aula possui três espaços : dormitórios, sala de atividades e solário”.

A maioria das crianças, tem na escola, sua única fonte de aprendizagem prazerosa, por isso a importância de se estabelecer um compromisso maior com a qualidade e com o aproveitamento das ferramentas lúdicas dentro do processo de ensino-aprendizagem. (MIGUEZ, 2000).

### ***3.7 Quais as maiores dificuldades encontradas para se trabalhar por meio do lúdico com os alunos?***

Esta pergunta teve como objetivo identificar quais as dificuldades encontradas em sala de aula no desenvolvimento de atividades lúdicas.

Para a professora A (2019) “ a maior dificuldade são as salas de aula com quantidade de alunos igual a 23 / 25 por dia letivo e a falta de material pedagógico por parte da escola”. A professora B (2019) também confirma que a falta de recursos dificulta o trabalho com ferramentas lúdicas, mas acrescenta que “não convém a minha realidade, pois trabalho com materiais reciclados na ludicidade, em minha rotina diária pedagógica”. A falta de recursos também é a maior dificuldade encontrada pela professora C (2019) que afirmou que “a maioria dos materiais tem que ser impressos ou produzidos pelas professoras devido o alto custo desses materiais”. Já para a professora D (2019) acredita que a dificuldade vai além da falta de recurso, pois “nesta fase as crianças requerem o cuidar/educar. Então as atividades lúdicas propostas precisam considerar a segurança, integridade e vivência da criança”.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola é um lugar de construção e reconstrução de saberes e quando se trata de Educação Infantil, compreende-se essa aprendizagem em todos os seus aspectos, sejam estes físicos, cognitivos, psicológicos, morais, sociais, emocionais, por isso a importância de se valorizar a aprendizagem por meio da ludicidade e de suas ferramentas, a fim de proporcionar um ensino mais significativo aos alunos. A aprendizagem por meio de jogos, brincadeiras e brinquedos possui diversas vantagens entre elas, pode-se destacar: a aprendizagem significativa de conteúdo, a socialização, a comunicação, a criatividade e a disciplina.

Por meio das entrevistas foi possível perceber a relevância das ferramentas lúdicas na Educação Infantil, visto que as professoras foram unânimes ao ressaltar sobre o quanto o lúdico auxilia no desenvolvimento infantil, no entanto para as professoras entrevistadas, mesmo tendo um espaço amplo e bem estruturado, ainda enfrentam dificuldades para se trabalhar com materiais lúdicos, pois são poucos os materiais disponibilizados e ainda a grande quantidade de alunos como cita uma das docentes.

Ao iniciar esta pesquisa objetivou-se discutir de que forma as ferramentas lúdicas contribuem no processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula da Educação Infantil, e após analisar os materiais obtidos, é possível concluir que quando o processo de ensino-

aprendizagem é desenvolvido por meio de atividades lúdicas, com ou sem a utilização de ferramentas, este processo se torna mais relevante, pois relaciona a aprendizagem com atividades cotidianas, que despertam o interesse dos educandos, ampliam seu potencial criativo e auxiliam no desenvolvimento de forma mais prazerosa.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <<http://mec.gov.br/bncc.pdf>>  
Acesso em: 7 de abr. 2019.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Ensino Fundamental de nove anos. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. 2º ed. Brasília 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*– DCNEI. Brasília; MEC, 2010.

BRASIL. LDB. Lei 9.394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996. Edição atualizada até março de 2017.

BRASIL. LDB. Lei 4.024/61 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 20 de dez. 1961.

BRASIL. LDB. Lei 5.692/71 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 11 de agosto. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* – Brasília. DF. 2005

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.\_\_\_\_ Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*: Lei n. 10.172/2001

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*: Lei nº 13.005/2014

BORGES, M. A de. BORTOLOSSI, T. COSTA, C. E. MARQUES, R. A de. OLIVEIRA, G. F. COSTA, A. *De menor a cidadão: Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil*. Cortez, 2010

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DORIGO, Helena Maria Giroto; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura do. *A concepção histórica sobre as crianças pequenas: subsídios para pensar o futuro*. **Educere et Educare**. Vol. 2 nº 3 jan./jun. 2007, p 15 – 32.

FARIA, Paula Maria Ferreira de. HENICK, Angélica Cristina. *História da Infância no Brasil*. IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar. Formação de professores, complexidades e trabalho docente. PUCPR 26 a 29 de out. 2015.

FULY, Viviane Moretto da Silva; VEIGA, Georgea Suppo Prado. *Educação Infantil: da visão assistencialista à Educacional*. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.2, n.6, p.86-94, 2012.

GAVA, Fabíola Alves Coutinho. SÁNCHEZ, Damián Sánchez. *Movimentos sociais e Educação Infantil: dos caminhos históricos às conquistas e desafios atuais*. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Julho — Dezembro • 2015

GLOOS, H. T. *Atividades Lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003

KISHIMOTO, T. M. (Org). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14º ed. São Paulo. Corte, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 2010.

KISHIMOTO, T.M. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira. 1994.

KRAMER, S. . *A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez & Autores Associados. 2006.



LOPES, T. R. *O impacto da teoria das representações sociais*. In: SPINK, M. T. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 46-57.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIGUEZ, Fátima. *Nas arte-manhas do imaginário infantil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NUNES, Deise Gonçalves. *Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania*. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ONU. *Declaração Universal dos direitos da criança*. 1989. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/zip/direitosdacrianca.pdf>> Acesso em: 2 de abr. 2019.

PAGANINI, F. *História do Brasil*. 12 ed. 2. reimp. São Paulo: USP, 2010

PAULA, Flávia Anastácio de. *Concepções de atendimento à criança pequena: caridade, filantropia, assistência e Educação Infantil*. Línguas e Letras. Estudos em Educação. Vol. 6, nº 11, 2º sem. 2005, p 235 – 250

PAULA, Flávia Anastácio de. *Uma leitura sobre os modelos de atendimento da Educação Infantil na política social no Brasil*. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, PR. 2015.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RAMOS, F. P. *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*. In: PRIORE, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. *Cultura, arte e contação de histórias*. Goiânia, 2005.

SANTANA, Djanira Ribeiro. *Legislação e Políticas Públicas para a Educação no Brasil: o lugar da Educação Infantil neste contexto*. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Goiânia , Vol. 7, n. 12; 2011.

SOARES, R A *Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil. 1726-1950*”. In: Marcos Cesar de Freitas (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 2007

VEIGA, Elaine Cristina Freitas; CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes; ALMEIDA, Maria Socorro de. *História da criança no Brasil: do abandono a educação lúdica para aprendizagem*. VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços TEMA: “América Platina: alargando passagens e desvendando os labirintos da integração” Campo Grande, 16,17 e 18 de novembro de 2016.

VYGOTSKY, Live. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes , 1987.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 5. ed.São Paulo: Martins Fontes, 1994.